



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 62.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Fiori Luiz e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirigus, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com respaldo no Regimento Interno e deste Plenário, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento da Professora DIVA SANSON MARTINS, ocorrido nesta Capital.

A Professora DIVA SANSON MARTINS durante longos anos foi professora do Colégio Estadual do Paraná, nesta Capital, onde gerações de jovens receberam dela não somente lições de conhecimentos, mas igualmente exemplos de uma formadora que buscava moldar as jovens mentalidades para uma vida digna e proveitosa para a comunidade.

A sexagenária professora veio desaparecer tragicamente como mais uma vítima de nosso trânsito, sendo ceifada em nossas vias de Curitiba por um trânsito que a cada dia se torna mais violento.

Ao registrar mais uma vítima de nossas vias públicas, lamentamos profundamente o desaparecimento da mestra e fazemos votos que os responsáveis pelo trânsito e todos aqueles que dirigem um veículo sintam que é urgente a conscientização de todos para que vidas humanas, vidas devotadas ao próximo não sejam ceifadas prematuramente e de forma violenta.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência à família enlutada e ao Colégio Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980

(a) DAVID CHERIGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ ALCEU BERGER, ocorrido no dia 9 do mês em curso, deixando viúva a Senhora Maria Baran Berger e quatro filhos.

Natural de Prudentópolis, o extinto era pessoa de grande estima, consternando a todos quantos o conheciam.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, que se dê ciência à família enlutada, residente nesta Capital, na Rua Maranhão, n.º 1.910, 3.º andar, apt.º, 36, Conjunto Portão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento, ocorrido ontem nesta Capital, da doutora DIVA SANSON MARTINS.

Médica pioneira no Sudoeste do Paraná, onde prestou relevantes serviços a muitas comunidades, era esposa do ex-Prefeito de Francisco Beltrão, Dr. Rubens Martins.

A extinta dedicou também 25 anos de trabalhos ao Colégio Paranaense nesta Capital, além do que, mantinha sua atividade profissional como médica na Clínica Paciornik e mantinha também consultório em sua residência.

Médica incansável, dedicada e humanitária, exemplar esposa e mãe, deixa uma prole de oito filhos e uma lacuna impreenchível em nossa sociedade e nos corações de todos aqueles que desfrutavam de seu convívio.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. NADIR DOMINGOS SOMENZI, ocorrido tragicamente em data de 04 do corrente.

Tratava-se de pessoa altamente relacionada e estimada na sociedade de Toledo, merecedor de todo o conceito, deixando irreparável lacuna na comunidade a que pertencia.

Requer, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família este voto de pesar ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IDA CONCEIÇÃO REINALDET, ocorrido nesta Capital, em data de 09 do corrente.

A extinta com seu passamento consternou àqueles que a conheciam e muito mais os seus familiares. A mesma era mãe da Senhora Aleli dos Santos e sogra do Senhor Joubert dos Santos, ambos funcionários deste Poder.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa de sua filha senhora Aleli dos Santos.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA FEDALTO, ocorrido dia 9 de junho, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada no endereço seguinte: Avenida Padre Natal Pigato, 2194 - Campo Largo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Sr. Superintendente do IAPAS, no sentido de ser descentralizada a expedição de certificado de quitação, voltando a ser fornecido pelas representações do FUNRURAL, pois, tal centralização está causando problemas regionais, principalmente na região de Campo Mourão, com prejuízo aos pequenos proprietários, criando, desta forma os intermediários que já começaram a surgir cobrando valores absurdos para a obtenção do documento já citado.

Da aprovação solicita seja dado ciência à COMCAM, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO e
AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado do Interior, com as seguintes indagações:

1. Qual o cronograma físico de execução das obras no Lago Igapó de Londrina? Prazo previsto para início e conclusão?
2. Quais as firmas empreiteiras que participaram das licitações? Qual ou quais as vencedoras?
3. De onde são oriundos os recursos financeiros? Alguma parcela já foi liberada?

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O lago Igapó, em Londrina, é uma reserva ecológica que deve ser preservada.

Em virtude da poluição (noventa por cento fecal), o local foi esvaziado, com a promessa de que a SANEPAR e a Secretaria do Interior realizariam, em curto espaço de tempo, as obras necessárias.

Os meses se passaram e o emissário não foi feito. Os desencontros de opiniões têm deixado a população londrinense apreensiva, o que exige das autoridades uma solução para o caso.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, parte da Coluna do Servidor, sob o título "Verba de Representação", publicada na "Gazeta do Povo", de 04 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

No segundo semestre do ano passado, quando tramitou nesta Casa o Projeto de Lei n.º 143/79, que tratou do reajuste de vencimentos dos Servidores Públicos Estaduais, emitimos voto em separado junto à Comissão de Constituição e Justiça.

Naquela oportunidade, conforme consta da cópia anexa, sustentamos que a Parcela Adicional Social (PAS), instituída naquele plano de lei, a título de **verba de representação**, aos magistrados, passaria a integrar os seus vencimentos para todos os efeitos legais, e, conseqüentemente, serviria de base de cálculo para adicionais e quaisquer outras vantagens.

Nosso voto fundamentou-se no disposto no inciso V, do Art. 65, da Lei Complementar Federal n.º 35, de 14 de março de 1979, combinado com o parágrafo primeiro desse mesmo artigo.

Assim, se vingasse nossa tese, o § 3.º, do Art. 1.º, do Projeto de Lei n.º 143/79, seria inconstitucional, por ferir o § 1.º, do Art. 153 da Constituição Federal, ao vedar o cálculo de vantagens aos demais servidores estaduais, em flagrante desigualdade de tratamento.

Acontece, que a Lei de Aumento (n.º 7258/79) foi sancionada por decurso de prazo e nosso posicionamento não chegou a ser apreciado.

Hoje, para nossa satisfação, tomamos conhecimento, através da Coluna do Servidor, que o Supremo Tribunal Federal, em dois recentes pronunciamentos firmou a correta interpretação dos efeitos da concessão de "verba de representação" a todos quantos estejam na mesma situação que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional estabelece para os juizes.

Assim, pelas decisões dos Recursos Extraordinários n.ºs 89.927 de São Paulo e 91.356 do Rio Grande do Sul, ficou proclamado que a verba de representação se incorpora aos vencimentos e sobre ela "serão calculados os adicionais por tempo de serviço, o que não seria possível se a verba de representação não constituísse **vencimento**".

Ora, firmada jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, de que a verba de representação É **VENCIMENTO**, a PAS de conformidade com o § 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 7.258/79, concedida sob esse título, **TAMBÉM É VENCIMENTO**.

Sendo vencimento, não só deve ser estendida aos inativos, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, mas, em nosso caso doméstico, servir de base de cálculo para todos as vantagens dos demais servidores públicos estaduais, independentemente do dispositivo que veda tal procedimento, o qual, como já havíamos nos manifestado em meados de 1979, é flagrantemente inconstitucional.

Ainda que não tenhamos notícia de que o egrégio Tribunal de Justiça do Estado esteja calculando as vantagens dos magistrados também sobre a PAS. Se assim estiver procedendo, age corretamente.

Se não estiver, com a devida vênia, não vemos qualquer empecilho de ordem legal ou moral para que assim proceda.

O mesmo deveria ser feito por todos os setores da administração estadual, em relação aos demais servidores públicos, os quais também têm direito à incorporação, em que pese o dispositivo em contrário inserido na Lei Estadual n.º 7258/79.

Para encerrar, gostaríamos de apresentar nossos agradecimentos à Doutora Ivanise Maria da Costa, ex-Assessora Parlamentar de nosso Gabinete, pela valiosa colaboração que nos deu com seus estudos e subsídios oferecidos para a sustentação desta tese, hoje corroborada pela mais alta Corte de Justiça do País.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Com base no Artigo 70, do Regimento Interno, renuncio, nesta data, a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DETRAN.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 79/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Escola Especializada Amor Perfeito, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E. - sediada em São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

A Escola em questão preenche todos os requisitos sítos da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece as normas para a declaração de utilidade pública.

Não bastasse a farta documentação que acompanha o projeto, somente o fato de ser o educandário mantido pela APAE supriria qualquer outra exigência.

A APAE é uma dessas organizações que contam com a unanimidade da simpatia dos brasileiros, graças ao dedicado trabalho aos deficientes, motivo pelo qual, justo é reconhecer os seus méritos.

É o que se pretende, nesta oportunidade.

PROJETO DE LEI N.º 80/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná, com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná, entidade que se pretende, por esse instrumento, seja reconhecida como de utilidade pública estadual, a exemplo de suas congêneres paranaenses destina-se, como estabelece seus Estatutos, a atuar em regime de cooperação às próprias similares, bem como órgãos estaduais e federais, entidades privadas e mistas, objetivando resguardar interesses específicos da região.

A ACAMSOP visa, além de outros objetivos, atingir a integração legislativa, econômica e social dos municípios que a

integram.

PROJETO DE LEI N.º 81/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o Art. 3.º, da Lei n.º 7317, de 28 de maio de 1980.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL.

APOIAMENTO: DENI SCHWARTZ, LINEU TURRA, GILBERTO AGIBERT FILHO, GERNOTE KIRINUS, JOSÉ TAVARES, NESTOR BAPTISTA, FIDELCINO TOLENTINO, NILSO SGUAREZI, RENATO BERNARDI, FIORI LUIZ, EDILSON ALENCAR, DOMICIO SCARAMELLA e WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Tendo por objetivo alterar dispositivos da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, esta Casa aprovou recentemente a Lei n.º 7.317.

O Art. 3.º, da nova Lei n.º 7.317 visa beneficiar os integrantes do Tribunal de Contas do Estado com vantagens que são atribuídas aos membros da Magistratura, vantagens essas previstas no Art. 111, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980.

O referido artigo foi aprovado por esta Casa, através de emenda de Plenário.

Foi na verdade uma emenda aditiva que segundo dispõe o próprio Regimento Interno em seu Art. 140, § 5.º, não seria admissível, considerando não ter relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

E ainda que não fosse o caso é exigência do Regimento Interno que emendas que criem ou aumentem despesas sejam submetidas à Comissão de Finanças.

Pretendemos com este projeto de lei reparar um erro, já que é dever deste Poder atuar em favor dos interesses do povo do Paraná e não em função de minorias de vantagens.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. GerNOTE Kirinus, primeiro orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda ontem, levantávamos o nosso repúdio contra a violência e dizia um Parlamentar da Situação de que no Estado do Paraná as coisas são diferentes.

No entanto, em matéria publicada recentemente no Jornal "O Estado de São Paulo", veio à tona novamente, o problema do jaguncismo, que impera em vários municípios do nosso Estado, e enquanto não há solução por parte de autoridades competentes, para legalização de áreas de terras em litígio, ainda ocorrem as violentas disputas.

A família Balico entre tantas outras, é um exemplo que serve de referência quando se trata do assunto. Essa família chegou em Nova Aurora em meados de 1950, quando adquiriu vasta área de terras, há 15 anos, e encontra-se encurralada numa faixa de apenas quatro alqueires, resultante do terror e do banditismo de jagunços ligados à Colonizadora Norte do Paraná.

Evidentemente, eles recorreram à Justiça. Muito sofreram nesses anos todos. Hoje, o processo finalmente encontra-se no Tribunal Federal de Recursos e a esperança para essa família, representa a esperança para centenas de outros colonos e

agricultores que ainda vivem sob o terror e ameaça do jaguncismo oficializado na região.

Muitas mortes já ocorreram na região Oeste e Sudoeste do Estado, gerado por problemas de posseiros a citada Colonizadora, na disputa de terras que foram vendidas pelos Governos anteriores, para mais de um comprador, e hoje o Governo parece tentar se eximir da responsabilidade, porquanto jamais interviu como autoridade para legalização das áreas que ainda estão a gerar transtornos a centenas de famílias paranaenses.

(Lê): "A família de Alziro Dias de Oliveira está sendo - conforme declarações do próprio - ameaçada de morte, caso não venha a abandonar a área de terras que ocupa.

Ainda recentemente o posseiro João Pedrosa de Moraes, teve sua plantação totalmente arrasada, quando jagunços (segundo João) ligados à Colonizadora Norte do Paraná, de propriedade de Oscar Martinez, adentraram em sua posse, com tratores e arados, destruindo tudo em poucas horas. E isso ocorreu, logo após o Juiz da Comarca de Formosa do Oeste, ter dado sentença favorável, garantindo a João, sua posse sobre dez alqueires de terra.

Há quase 50 anos, existe uma luta muito grande por essas áreas de terras na região, entre o Governo do Estado, posseiros, colonos e a própria Colonizadora Norte do Paraná.

Porém, é a primeira vez que a Justiça Federal, concorda em cuidar do caso, que apesar de muitas sentenças judiciais em várias instâncias, favoráveis tanto ao Estado como aos posseiros, tem vencido a lei do mais forte.

Cabe-nos agora, aguardar uma decisão justa, onde os colonos, os posseiros, os agricultores, não sejam mais uma vez submetidos ao terror de verdadeiros exércitos de jagunços mantidos pela Colonizadora, e se vejam obrigados a entregar suas terras para não serem assassinados.

A decisão final está nas mãos dos integrantes do TFR, e os jagunços estão com o dedo no gatilho. Porém, a esperança de várias famílias de colonos trabalhadores e pacíficos, ainda não tombou".

Oxalá seja atendido pela justiça, pela justiça que se impõe por causa da consciência cristã, à qual somos possuídores.

Sr. Presidente, era isso que eu teria a denunciar, a relatar, enquanto, em parte pode ser uma resposta ao que ontem ouvíamos contra as violências que ocorreram no Rio. Aqui no Paraná, também as há, talvez até piores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, segundo orador inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, este Legislativo deu uma demonstração de desprestígio ao Poder Judiciário, que eu não imaginei pudesse ocorrer. Lamentavelmente, apenas três Parlamentares estavam presentes à convocação da CPI do DETRAN, para ouvir o depoimento do Juiz Otávio Cesar Valeixo e o que é pior, Sr. Presidente, nenhum Deputado, membro do Partido que detém a maioria, o Partido do Governo, e lamentavelmente esse Deputado que aqui fala, e os Deputados José Tavares, Edilson Afencar Barbosa, entristecidos e envergonhados, tiveram que se escusar àquela autoridade e aos jornalistas, radialistas e homens de TV que lá se encontravam por não poderem abrir a reunião, por falta de "quorum" regimental.

Que o Presidente da Comissão, Deputado Túlio Zanchet tenha-se ausentado, as escusas apresentadas são reconhecidas, mas os demais quatro membros do PDS todos impossibilitados por motivos justificáveis? Podemos imaginar quais sejam esses motivos, Sr. Presidente. Os motivos seriam as dolorosas verdades que o Juiz da Vara de Acidentes de Trânsito teria a nos dizer, sobre a quantas anda a corrupção no campo do trânsito

e como a verdade dói, o melhor é fugir dela.

Fica no entanto, com este ato indiscutível dos representantes do PDS na CPI do DETRAN, a lamentável atitude que passa a ser de um Poder contra outro Poder constituído.

O Executivo, já de há muito tempo, vem desmoralizando o Legislativo e o Judiciário, e agora o Legislativo também resolve desrespeitar o Judiciário.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Felizmente, sepultado está o episódio que envolveu nos últimos dias a Ilha do Mel.

Hoje, tomamos conhecimento através da imprensa e em mãos, temos com data de hoje, um ofício do Sr. Secretário da Indústria e Comércio ao Sr. Delegado Reginaldo Reichert que diz exatamente o seguinte: (Lê):

"Devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - NEY BRAGA, em despacho exarado no ofício n.º 850/80-GS/SEIC, cuja cópia anexo à presente, venho formalizar a demonstração do interesse do Estado do Paraná em receber sob a forma jurídica mais adequada a "Ilha do Mel", localizada na Baía de Paranaguá, e hoje pertencente ao Patrimônio da União.

A formalização e a tomada de outras medidas que venham a ser julgadas necessárias, para atender os aspectos jurídicos dessa transferência, poderão ser detalhados em reuniões posteriores.

Solicito, portanto, tendo em vista o interesse aqui exposto que eventuais pedidos de aforamento, bem como outras formas de posse ou domínio naquela Ilha, sejam suspensas de imediato.

Certo de sua compreensão, aproveito o ensejo para externar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço.

(a) FERNANDO FONTANA

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO".

Isto, é uma demonstração inequívoca do interesse do Governo do Estado do Paraná, demonstrado em função de reclamações como anteontem fizemos desta Casa, baseado numa manchete do Jornal "O Estado do Paraná", edição de domingo, quando alertou-nos. E, na terça-feira, aqui estivemos presentes para verberar contra esse abuso.

Temos certeza, que aquela doação, sessão por aforamento está prejudicada porque ante essa evidência, essa demonstração de interesse do Governo do Estado, em apropriar-se da Ilha do Mel, que hoje, de posse do Serviço de Patrimônio da União, faz com que possamos ficar tranquilos e tranqüila também está a população de Paranaguá que verberou contra essa medida abusiva que continua no edital n.º 22/80, de 23 de maio passado do SPU, dando a um grupo particular concessão para explorar toda a faixa de praia da Ilha do Mel.

Queremos, portanto, agradecer ao Sr. Governador do Estado pela pronta e imediata providência tomada em atenção ao nosso pedido de anteontem, uma vez que os mais altos interesses do Paraná, do turismo do Paraná naquela Ilha prazerosa e maravilhosa, a Ilha do Mel, estão sob controle do Estado e estamos gratos pela providência que foi tomada pelo Governador do Estado.

Temos também aqui, cópia de um expediente que foi endereçado ao Serviço de Patrimônio da União, e também do General Jofre Sampaio, quando transfere ao Governador do Estado, o acervo do Farol que pertencia à 5a. Região Militar da Ilha do Mel, transferido para o Governo do Estado.

Era esta a comunicação que tinha a dar a esta Casa e esta imprensa, dando conta da providência imediata que foi tomada

e que teve um epílogo felizmente, muito feliz.
Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A finalidade da nossa presença nesta tribuna é solicitar ao Sr. Secretário dos Transportes, que evidencie o pagamento das parcelas dos convênios com as Prefeituras Municipais, no que concerne as verbas para o PROSAFRA das Prefeituras, que estão necessitadas para escoar as safras que se aproximam e para que as estradas sejam melhoradas; para que as estradas dos municípios sejam beneficiadas.

Ficamos ligeiramente surpresos com a declaração do Deputado Nestor Baptista, homem a quem temos todo o respeito por sua coerência parlamentar, pela sua juventude. Afinal de contas, por tudo que pode se esperar de um jovem que, afeito, não deveria ser afoito às causas públicas, vem à tribuna denunciar os membros de uma Comissão que, por questões outras, não fazemos parte e não pudemos comparecer, como também membros da nossa bancada, homens que não têm medo da verdade, mas que não desafiavam nem o Poder, por mais mezinha que seja a distorção; por mais mezinha que seja a divergência de ponto de vista. Não podemos admitir que um companheiro nosso, de Assembléia, embora nós pertençamos por fatos óbvios a outra situação política, mas que respeitamos o Deputado Nestor Baptista, todavia, não admitimos nem de nosso próprio pai, se ele voltar à terra, desaforos e palavras impensadas, ao chamar membros deste Poder, membros que vieram a esta Casa, como ele veio, carregados e trazidos pelos braços do povo, pelo referendun popular. Homens dignos como meus companheiros, que fazem parte daquela Comissão. Que não são Deputados pela vez primeira, como é o Deputado Nestor Baptista, pela terceira ou quarta vez, e talvez pela quinta vez. Homens acostumados à responsabilidade das causas públicas, homens acostumados ao respeito divino, primeiramente, para depois ser acostumados ao respeito humano.

Não respeitamos e não temos obrigação de ter respeito humano. Mas respeitamos o nosso semelhante, porque dentro das normas e da orientação cristã, jamais atacamos um companheiro, um indivíduo, sem justa causa. Talvez a vontade desta juventude, na sanha de atacar seus inimigos que não existem, na sanha de querer vir a público, como digo eu, para uma tirada demagógica, o Deputado Nestor Baptista, extravasou demais a sua juventude. Procurou tripudiar sobre membros deste Poder, Sr. Presidente. E isto não vamos admitir. E não vamos nos calar, porque quem cala consente.

Tenho o Deputado Nestor Baptista na mais alta conta, mas não vamos admitir que ele venha com sua juventude e com sua falta de experiência parlamentar, procurar fazer demagogia, sobre um caso que não existe. Procurar trazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, elementos esdrúxulos para desmoralizar o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Então, quero dizer, alto e bom som, que hoje me desligo desta Comissão, porque não tenho condições de fazer parte de uma Comissão em que o Deputado Nestor Baptista faz parte.

Porque não é de nosso feitio, Deputado Nestor Baptista, atacar companheiros; não é de nosso feitio vir a esta tribuna, a não ser defender os interesses do nosso povo, e Vossa Excelência talvez tenha condições de provar que estou errado, talvez tenha condição de provar que o DETRAN deu carteiras frias. Mas não há de falar sem provas concretas e palpáveis.

Agora, saiba Vossa Excelência que não serviremos de instrumento para os homens que querem destruir, ao invés de construir.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que constasse a minha renúncia da Comissão em que pertence o Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Será anotada a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho formular um requerimento, pedindo a inscrição nos Anais da Casa, da coluna do Servidor, do Jornal "Gazeta do Povo", que diz "Verba de Representação", publicada no dia 04 do corrente.

Sr. Presidente, no segundo semestre do ano passado, quando tramitou nesta Casa o Projeto de Lei 143/79, que tratou do reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Estado, emitimos um voto em separado, e sobretudo, posicionamo-nos junto à CCJ, ali proferindo voto em separado, que foi posteriormente lido em plenário, nesta Casa.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, conforme consta da cópia que acompanha este petitório, sustentamos que a parcela adicional social, o PAS, instituída naquele plano de lei, a título de verba de representação aos magistrados, passaria a integrar os vencimentos, para todos os efeitos legais, e, conseqüentemente, serviria de base de cálculo para adicionais e quaisquer outras vantagens auferidas pelo servidor público.

O nosso voto fundamentou-se no inciso 5, do art. 65, da Lei Complementar 35, que combina com o § 1.º deste mesmo artigo.

Trata-se da Lei Orgânica da Magistratura, instituída no plano federal.

Se vingasse a nossa tese, o parágrafo terceiro daquele artigo primeiro, do projeto de lei, seria inconstitucional, e feriria, como dissemos, o artigo primeiro da Constituição da República, ao vedar o cálculo de vantagens aos demais servidores do Estado, em flagrante desigualdade de tratamento.

Sustentava que isto deveria se estender a todos os servidores do Estado, porque senão seria inconstitucional. Acontece que a lei de aumento foi sancionada por decurso de prazo. E o nosso posicionamento, não chegou sequer a ser apreciado por esta Assembléia.

Hoje, para nossa satisfação, tomamos conhecimento, através da "Coluna do Servidor", que o Supremo Tribunal Federal, em dois recentes pronunciamentos, firmou a correta interpretação e a jurisprudência, com os efeitos da concessão da verba de representação a todos quantos estejam na mesma situação que a Lei Orgânica da Magistratura Federal estabelece para os Juízes.

Assim, pelas decisões dos recursos extraordinários, números 89.927, de São Paulo, e 91.356, do Rio Grande do Sul, ficou proclamado que a verba de representação se incorpora aos vencimentos e sobre ele serão calculados os adicionais de tempo de serviço. O que não seria possível se a verba de representação não constituísse vencimento, conforme sustentamos, Sr. Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça, e fomos voto vencido.

Ora, Sr. Presidente, firmada a jurisprudência no Supremo, de que a verba de representação é vencimento, o PAS, de conformidade com o § 2.º e Art. 1.º, da Lei n.º 7258/79, concedida a esse título, também é vencimento.

Sendo vencimento não só deve ser estendida aos inativos como decidiu o Supremo, mas também, no nosso caso doméstico, deve servir de base de cálculo para todas as vantagens dos demais servidores públicos estaduais, independentemente do dispositivo que veda esse procedimento, o qual já havíamos nos manifestado, em meados de 79, é flagrantemente inconstitucional.

Se instituto for discriminatório, como no caso da lei, torna-se eivado de vício da inconstitucionalidade.

Ainda que não tenhamos notícia de que o egrégio Tribunal de Justiça esteja calculando as vantagens dos magistrados, também sobre o PAS, se assim estiver procedendo, no meu modo de ver, age absoluta, correta e legalmente.

Se não estiver — com a devida vênia — não vemos qualquer empecilho de ordem legal ou moral, para que assim proceda o Tribunal de Justiça.

O mesmo deveria ser feito por todos os setores da administração estadual com relação aos demais servidores públicos, os quais também têm direito à incorporação, em que pese o dispositivo contrário da lei estadual, já declarado "mutatis mutandis" inconstitucional, por ferir o princípio de isonomia do direito.

E quero, Sr. Presidente, a título de justiça, proclamar, exaltar e engrandecer, um pedido que este Deputado fez à antiga assessora do nosso gabinete, Doutora Evanise Maria da Costa, que muito trabalhou, sem nenhuma remuneração, nesses últimos acompanhamentos junto ao Supremo Tribunal Federal e também, com a dinâmica desta ação "sub-judice" para chegar à conclusão das alegações que, hoje, venho fazer, com a certeza de que o funcionalismo público do Estado há de perpetrar perante a Justiça do Paraná, para auferir as vantagens que, naquela época, renitentes Srs. Deputados, defensores da tese do Governo, não quiseram nos ouvir.

E o Estado, haverá de pagar agora, os resultados dessa renitência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Antes de abordarmos o assunto principal que nos trouxe à tribuna, queremos fazer uma justificativa com relação às afirmativas do nobre Deputado Nestor Baptista, feitas na tribuna, na tarde de hoje.

Primeiramente, justificar a ausência do Sr. Deputado Túlio Zanchet, que teve que ir, urgentemente à sua cidade natal, para o sepultamento de pessoa ligada à sua família.

E, em segundo lugar, lamentar que o Deputado que tem se constituído na esperança da juventude política paranaense, mercê das suas atuações na crônica falada e televisionada, mercê da extraordinária votação que recebeu principalmente na cidade universitária de Curitiba, Deputado que vem se destacando por uma atuação brilhante nesta Casa, invista hoje, de forma inusitada, contra colegas seus, Deputados componentes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sem ouvir as suas razões, sem saber o porquê deixaram de comparecer à sessão daquela CPI, e dizer ao nobre Deputado que, com o correr dos anos, quando os seus cabelos encanecerem na função pública, ele vai sentir quão injusto foi na tarde de hoje, porque ninguém reforma o mundo, e ninguém reforma o poder político, nem o nobre Deputado Nestor Baptista, nem Jesus Cristo, nem o Papa, que virá aqui no mês de julho agora, e não houve, absolutamente, com a falta desses eminentes Deputados à sessão da CPI, desrespeito ao Poder Judiciário.

Aqui veio apenas um Juiz, em membro do Poder Judiciário, convidado a prestar alguns esclarecimentos que poderá prestar em data oportuna.

Lamento, efeticamente, a linguagem usada pelo nobre Deputado Nestor Baptista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mandato parlamentar, como o entendemos, não se resume apenas à oportunidade de participar das atividades legiferantes, tão pouco significa somente o direito de par-

ticipar dos debates legislativos, representando parcela de opinião pública, fazendo aqui ressoar os assuntos que dizem respeito à comunidade.

Sendo o Legislativo um poder de Governo, compete também ao detentor do mandato parlamentar, envolver-se na administração da coisa pública, de molde a encarnar com essa participação, a vontade dos cidadãos e dos contribuintes.

Quando eleito, pela maior votação em um município, assume o Deputado uma condição real de representante da opinião política, majoritária: daquela base daquele município, advindo daí o instituto que se convencionou chamar, embora informalmente, de "comando político".

Nada mais significa esse "comando político", que a militância do Deputado junto à sua base eleitoral, tratando do encaminhamento dos assuntos que interessam àquela comunidade que o escolheu, evidentemente como representante, por lhe ter dado a maioria dos votos.

É de se notar que essa capacidade de participação nos assuntos administrativos não é pessoal. Exerce-se em função da delegação da vontade política majoritária e deve ter por objetivo sempre o bem-estar dos representados e o sucesso das providências e atos administrativos.

Com esta visão, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não nos conformamos com as declarações emitidas pelo Deputado José Tavares, estampadas na edição de sábado, do jornal "Diário do Paraná", onde qualificou o instituto do "comando político" como o maior inimigo da sociedade paranaense.

Disse aquele colega, que aliás muito prezamos, que o detentor do comando, o exerce a seu talante, pintando a nós todos como déspotas provinciais, manipulando cargos da administração ao sabor dos caprichos.

Disse mais o Sr. Deputado José Tavares. Afirmou que no que diz respeito à polícia, delegados são removidos e aqui vou reproduzir "ipsis literis" as suas palavras, "não porque estejam desempenhando a contento suas funções, mas sim, porque deixaram de atender algum interesse escuso do detentor desse mandato político".

Isto quer dizer, trocando em miúdos, que fomos acusados de acobertadores de crimes, pois não é outra a função da polícia, se não esclarecer delitos e coletar provas que conduzam à reposição da ordem jurídica.

Os Deputados do PDS, não vestem esta carapuça, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, e não podemos deixar que a opinião pública ouça, sem esclarecimento manifestação de tamanha importância.

A disputa política visa a conquista do Poder, o sucesso de uma facção política no Poder, se avalia pelo desempenho administrativo, é óbvio, portanto, que alçada ao Poder, atribua essa facção a correligionários, aquelas funções de sua responsabilidade. Esta é uma realidade universal, não é nem paranaense, é universal, ou, seria de se imaginar que nos Estados Unidos da América do Norte, eleito um Presidente democrata escolhesse entre eles, republicanos os membros do seu Gabinete.

Ou que um Governo trabalhista inglês formasse sua equipe entre conservadores. Não interessa ao PMDB o comando político, não interessa porque não é do seu partido a facção no Poder.

Eu faço uma pergunta à Oposição, e é óbvio que não vou obter resposta: nos municípios em que vencem as eleições, o Prefeito escolhe os auxiliares dentro de sua facção política ou não?

Tivemos há poucos dias, não entro no mérito das afirmações do Deputado Leônidas Chaves, tivemos aqui, uma demonstração disto, em que a Prefeitura de Guarapuava onde venceu o PMDB, escolheu entre os seus correligionários, os auxiliares daquela administração. E a realidade é que, a oposição protesta, porque não é do Governo nem tem o Poder.

Eu não digo isso com o intuito de ofender, de menosprezar e de diminuir a Oposição, que eu prezo muito, que eu reconheço o grande trabalho que tem prestado à democracia neste País. Mas, a Oposição não tem o Poder, e o Poder não é como diz o Deputado, um gerador de privilégios, mas sim, o exercício de responsabilidades, que insurge o Nobre Deputado é direito seu.

Não se admite, porém, que nos qualifiquem genericamente como defensores de interesses escusos, mesmo porque, ao admitir que a sorte dos delegados de polícia do interior, está ao sabor dos caprichos dos Deputados do PDS, Sua Excelência coloca os próprios policiais sob um péssimo conceito. Significaria isso, eu pergunto, os policiais que há muito permanecem em suas lotações, tal conseguem por transigirem com esses interesses escusos?

Registramos nossos protestos e reafirmamos que o chamado "comando político", encarado sob um prisma ético, nada tem de desabonador.

Ninguém melhor que o Deputado possui condições para informar o Executivo Estadual, dos anseios das comunas que representa, e isso não é motivo de pejo, ao contrário, dignifica aquele que desempenha, muitas vezes com sacrifício, a tarefa de representar com interesse, desprendimento e trabalho, o desejo dos seus concidadãos.

Eu repito, embora reconheço o direito de qualquer membro da Oposição protestar, essa é a realidade. Aceitamos o protesto, porém, em termos, sem que agressões, aliás incompreensíveis, em se tratando do Deputado José Tavares, por quem nutrimos sentimento de simpatia e respeito.

O mesmo respeito que a nossa bancada a merece; se não pelo fato de ser esmagadoramente majoritária, enfim, devido a isso, por representar parcela inegavelmente maior da comunidade paranaense.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Queria dizer a Vossa Excelência, que nós estamos vendo em nosso líder, aquele homem equilibrado, aquele homem que sem arredar o pé da verdade, defende seus liderados, defende a verdade.

Receba Vossa Excelência os nossos parabéns, pelo seu equilíbrio, pela maneira clara que está respondendo a um ataque que recebera toda a sua bancada, todos os homens do PDS, esses homens que não são heróis, mas que são os que lutam pelo bem estar de sua terra, que lutam como Vossa Excelência e todos os Deputados com assento nesta Casa, como os Prefeitos e Vereadores.

Receba pois, Vossa Excelência, nossos parabéns, de homem equilibrado e que, pautando com um só pensamento, defende a verdade que é meridiana, é cristalina.

Permita dizer da nossa satisfação e euforia, em ter em Vossa Excelência um líder autêntico que, equilibradamente, vem a uma tribuna sem ferir os melindres dos Deputados da Oposição, que muitas vezes nos ferem. Dizer a eles que a verdade é cristalina. Vossa Excelência tem, não o comando político, mas a liderança política pela vontade soberana do povo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Quero dizer que compreendo perfeitamente a posição de Vossa Excelência, na condição de líder da bancada do Governo.

Disse em entrevista à imprensa do Paraná e do Brasil, a respeito do comando político; sei que seria até repetitivo o que vou afirmar aqui, mas sou um homem que trago dentro de mim, determinados sentimentos, e às vezes, não consigo conter esses sentimentos, e extravazo através de manifestação que reputo sincera.

Vejo o "comando político" como um verdadeiro inimigo da sociedade. Dentro da ótica que vivi e que dele fui vítima. Digo isso porque, em oito anos que fui servidor do Governo do Estado do Paraná, fui removido onze vezes, nesses oito anos. Cheguei a ficar numa delegacia, 40 dias. Fui empossado nessa delegacia, com a presença de dois Secretários de Estado, televisão, jornais, coquetel, discursos, e fiquei quarenta dias na delegacia. Por que? Porque fui falar verdades que muitas vezes machucaram. E por ter dito a verdade, paguei o preço da remoção.

Bem, as perseguições foram tantas na minha carreira, e é o que eu disse que é repetitivo, que cheguei a um ponto, e não suportei mais e resolvi sair da polícia.

É uma instituição altamente necessária e benéfica à comunidade. Tenho dito sempre isso. Disse agora no Senado. Mas é uma instituição que tem pecado muito, pela base e por seus superiores.

A primeira coisa que este Deputado fez logo que aqui chegou, foi justificar o porquê de sua vinda à esta Casa. Eu fui vítima, como disse, de inúmeras perseguições políticas, e todas as cidades por onde passei, nobre líder, quando não era o Deputado detentor do "comando político", era o Prefeito que intervinha, buscando uma alternativa: tirar ele daqui porque primeiro, não se vende; não se curva; não aceita determinadas interferências; não é um homem com o mínimo talento político para se conduzir no cargo de delegado. E quando eu era arrancado, sem a menor justificativa de uma cidade, eu era promovido, sob a alegação de que eu não era delegado para aquela cidade; que era delegado para uma cidade superior.

E isso aconteceu comigo, na minha carreira. Pude sentir na cidade de Arapongas, em 72, quando lá cheguei: com meus 22 anos de idade, minha primeira delegacia, como delegado-chefe; o alto índice de criminalidade que tomava conta daquela cidade, era algo de espantoso, e eu ainda, recém-chegado, primeira delegacia, fui recebido por um cidadão altamente simpático, conversador, dizendo: "olha, o senhor é que é o delegado? Nossas boas vindas, eu vou avisar o juiz, o promotor, o prefeito, que o novo delegado chegou, para que eles possam vir aqui recebê-lo".

Depois que ele fez tudo isto, colocando as pernas sobre a mesa, usando o telefone, eu imaginando aquela delegacia fétida, imunda, um aspecto horrível, muito próprio de delegacia de polícia, indaguei desse rapaz: "Você é agente de polícia, é soldado da Polícia Militar, o que você é?" Ele disse: "Eu sou preso".

Isso para mim, nobre Líder, isso foi um desmoronamento, porque entrei sonhando com aquilo que eu me propus a fazer na polícia.

Aí, o que eu tive que fazer?

Imediatamente dizer para ele: "Você vai me perdoar, eu já senti o seu relacionamento aqui na cidade, mas você vai ter que ser recolhido ao cárcere, juntamente com os demais. Privilégios, comigo não tem. Não fui eu quem fez a lei, sou pago para cumpri-la, e jamais faria distinção entre um e outro preso. Outra coisa: você vai ser tratado como os demais vão ser tratados com o maior respeito possível".

E olha, nobre Líder, o que se dava de alimentação aos presos era algo de inacreditável. Fui comer um dia. A comida tinha mais pimenta que os condimentos necessários. Era esse o tratamento que se dava aos presos.

Aos poucos, fui tentando colocar as coisas em seus devidos lugares, até que comecei a desagradar o detentor do "mando político", na época na cidade, o ex-Deputado Paulo Poli, e Colombino Grassano. O mal de certas autoridades, nobre Deputado Erondy Silvério, é pensar que os dedos das mãos são iguais. Esse é o grande defeito.

Este cidadão que acabei de me referir, Colombino Grassano, telefonou um dia para mim, perguntando se eu teria condi-

ções de rasgar um inquérito contra um seu afilhado.

Isto feriu a minha formação de homem e de autoridade.

Tenho, ao longo da minha vida, construído uma carreira à custa de sacrifícios pessoais. Eu dizia para minha esposa, antes de viajar à Brasília, que não sei, até hoje, como não fui assassinado. Não sei, talvez porque existe Deus, porque o que eu tenho dito por onde passo é em cima da verdade.

Não sei, até hoje, como alguém não se insurgiu contra a minha pessoa física. É porque eu tenho muita fé, acredito naquilo que faço e naquilo que falo. Pois este Colombino Grassano que talvez representa a maior desgraça de Arapongas, é por isso que eu falo que o "comando político", às vezes, contribui, é nocivo para o aumento da criminalidade.

Eu disse a ele: "Vossa Excelência não é advogado, como é que pode me fazer um pedido desses, para que eu rasgue um inquérito policial? Quem sou eu? Não tenho esse poder nas mãos".

Vou concluir, porque estou tomando o seu tempo, mas, para sintetizar, são fatos como esses que me revoltam. O meu antecessor, Capitão Tonolli, olhe nobre Líder, um dos delegados mais corruptos que já vi na minha vida. E a justiça foi feita, não é um da Polícia Civil, não. É um capitão da Polícia Militar. Este homem, que eu saiba, nunca foi punido pelos seus atos de corrupção, de convivência com quadrilhas de assaltantes de bancos.

Tudo isto foi detectado, não por mim, mas pela Polícia Federal e do Exército do 30.º Batalhão de Apucarana e nada, nada acontece com este tipo de gente.

Olha, nobre Líder, são fatos como esse que me fazem não acreditar em determinadas autoridades neste País.

Existe no País, atualmente, a tal da comunidade de informações, eu conheço muito bem o funcionamento delas, elas sabem de tudo. Eu disse no Senado, anteontem, na CPI, de um caso concreto de um outro Delegado chamado William Esperidião David, esse caso concreto, tenho provas guardadas, e essas provas que tenho, nobre Líder, obtive-as no 30.º Batalhão do Exército de Apucarana.

Esse cidadão, na condição de Delegado de Apucarana, autorizou praticamente um assalto à mão armada, redundando na morte de um comerciante, um pequeno cerealista. E o pior, é que esse assalto foi preparado, e o que esse delegado combinou com os assaltantes?" Vocês praticam o assalto, e eu saio em direção a Curitiba com a sirene ligada, para justificar a minha presença, e vocês saem em direção a Londrina, depois das 18 horas, nos encontramos em tal lugar para fazer a divisão".

Nesta hora, o delegado não quis somente os 50 por cento que ele havia combinado, ele quis 75 por cento, mas os marginais foram mais espertos do que ele, e foram para o acerto, acompanhados de um advogado que tem e em Londrina, chamado Walter Mota Campos, por sinal, competentíssimo. Competentíssimo, esse é o termo certo. Não daria outro qualificativo, competentíssimo. E, no acerto, por infelicidade ou quem sabe, até por justiça divina, vinha um cidadão embriagado de Califórnia, bêbado no volante, atropelou o Delegado, que teve fratura no crânio e traz, até hoje, a marca na testa, da sua corrupção.

O seu superintendente, agente Campello, foi morto no local, o advogado e os marginais saíram ilesos. Esse documento eu tenho comigo, esse documento é redigido e assinado por um Oficial do Exército Brasileiro. E tudo isso, nobre Líder, os dirigentes da Segurança do Paraná, souberam e sabem, e nada fazem. Então, é em razão de tantos fatos que eu conheço, que chego a ser um homem descrente das autoridades.

O comando político, ele muitas vezes é exercido por Deputados da mais alta honorabilidade, da mais alta dignidade.

O Partido não é composto só de Deputados, que exercem o comando político com interesses escusos, não. Eu, quando

me refiro em interesses escusos, me refiro a determinados Deputados do Partido do Governo que os detêm, porque nós não os detemos, e se nós fôssemos governos e se um dia formos governo, não quererei, de maneira alguma, ter comando político nas minhas mãos, porque acho que, o que deve prevalecer é a capacidade e honestidade do servidor. A partir do instante em que o servidor não for honesto e não for capaz, o Deputado tem o dever de vir à tribuna e pedir a sua remoção, isto sim, mas, como aconteceu comigo, não posso admitir, como aconteceram com outros colegas meus, funcionários também, não posso admitir, como aconteceram com outros colegas meus de Polícia, também não posso admitir. É neste aspecto que às vezes acho, o comando político nocivo à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E a profissão de fé de Vossa Excelência, é conhecida já, sobejamente, não só por esta Casa, mas todos os paranaenses que puderam conviver com Vossa Excelência puderam aquilatar da correção com que sempre se houve, no desempenho da função pública.

Uma vez que Vossa Excelência nos deu um aparte exaustivamente longo,

Vossa Excelência citou apenas dois ou três casos de distorções de comandos políticos.

É evidente que, em todos os setores das atividades humanas, existem os bons, os maus, os regulares, na política não podia deixar de ser diferente. Agora, o que nós defendemos isso sim, é o posicionamento de uma bancada política, integrada quase que na sua totalidade, por homens que se errarem, não o fazem intencionalmente, mas, sempre imbuídos de uma melhor vontade, para atender os reclamos do povo do Paraná.

O segundo assunto, Sr. Presidente, quando o Sr. Governador do Estado mandou a esta Casa mensagem visando reestruturar a Procuradoria Geral do Estado, houveram por bem, por iniciativa pessoal, de apresentar uma emenda restabelecendo os direitos assegurados aos membros do Tribunal de Contas, pela Lei 4667, de 29/12/62, e pela Lei 5843, de 32/01/67, todas elas baseadas na Lei 315, de 19/12/49.

E se assim o fizemos, Sr. Presidente, foi por uma questão de foro íntimo. Por entendermos que a concessão daquele privilégio a alguns, em detrimento de outros, era, a meu ver, odiosa. E por esta razão, apresentamos uma emenda que teve tramitação normal, que foi publicada, que foi examinada por diversos Srs. Deputados, inclusive da Oposição e, após a sanção pelo Sr. Governador e publicação no Diário Oficial, fomos surpreendidos, ontem, aliás, já outros Deputados, em sessões anteriores, como o nobre Deputado Daros, criticou a nossa emenda, mas em termos altos, achando que era, em suma, a aplicação da Lei de Reciprocidade, apenas a um grupo seleto de funcionários, apelando neste sentido, à própria bancada majoritária e ao Sr. Governador do Estado, para que estendesse, aos demais funcionários, idênticos benefícios da Reciprocidade.

É evidente que aceitamos as críticas, porque o homem público sai na chuva para se molhar, se entra na política é para não só ser elogiado, mas principalmente, criticado. Agora, nos surpreendeu ontem, quando o Deputado Dácio Leonel, nos chamou de imoral por termos apresentado aquela emenda.

Para mim, imoral é uma questão de tempo e lugar. Vou citar alguns exemplos, para ver se minha conceituação pode ser entendida:

Na antiga Creta, as mulheres andavam de bustos nus, o que era considerado muito natural. Mas, eram tachadas de sem-vergonhas, quando mostravam os tornozelos.

Nos Estados Unidos da América do Norte, algumas tribos indígenas tinham um costume que, para eles, era perfeitamente normal: o índio sempre emprestava a sua cara-metade para aquecer a noite do visitante querido.

Os muçulmanos que, há séculos vivem numa boa, têm tantas mulheres quantas possam sustentar.

E nós outros, por simples escapadelas, somos tachados de adúlteros, de prevaricadores e uma série de adjetivos.

O Deputado Dácio Leonel, ao agredir-me, tachando a emenda, que apus àquela mensagem, de imoral, me pareceu simplesmente uma mulher de Creta que, de repente, tivesse levantado a saia para cobrir o busto, deixando as pernas completamente nuas, não se incomodando ser chamada de sem-vergonha.

E se ele me pareceu uma mulher de Creta é porquê procurou, dando uma de vestal, chamando um Colega seu de imoral, encobrindo o noticiário da imprensa, que publica as declarações do Deputado José Tavares, numa CPI do Congresso Nacional, quando incluí o Deputado Dácio Leonel como um dos beneficiados pela corrupção policial em Londrina.

O Deputado José Tavares disse, eu não endosso, mas disse que o Deputado Dácio Leonel está nesta Casa porque foi financiado pelo jogo do bicho.

Conhecemos a história da família Scaff, em Londrina. Conhecemos a história do Sr. Jorge Scaff, sabemos que só não foi botado no olho da rua por corrupção, porque aceitou uma transferência para Apucarana. E o Governador da época era o chefe político do Deputado Dácio Leonel.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está esgotado o tempo concedido a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concluirei Sr. Presidente. Continuarei a falar no horário da Liderança.

Li, cerca de 20 meses antes das eleições, uma ampla reportagem, publicada pelo maior jornal da América Latina, o "O Estado de São Paulo", também no mesmo sentido, acusando frontalmente o Deputado Dácio Leonel de ser um dos beneficiados pela corrupção policial, pelo jogo do bicho em Londrina. Não ouvi desse Deputado, nenhum desmentido aqui nesta tribuna.

Agora, eu só trouxe esses fatos desabonadores, porque são de conhecimento público, são notórios, publicados pela imprensa e frutos de uma declaração do Deputado José Tavares, numa CPI que nos merece o maior respeito, senão, jamais o faria e trouxe também, porque fui chamado de imoral e na minha vida pública eu não me pejo de ter praticado um só ato imoral. Todas as vezes que vim para esta Casa, eu vim pela bondade dos eleitores do Paraná, e os gastos eventualmente feitos na campanha saíram deste bolso...

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... do meu trabalho. Não saiu de cofre público, não saiu de Governo, não saiu de comissão de empreiteiros, não foi financiado por cambistas de bicho. Por isto não aceito de ser tachado de imoral, eu admito que qualquer um dos Senhores Deputados discorde da minha Emenda e até a achem prejudicial aos cofres públicos. Isto é próprio das Casas Legislativas. O que eu não aceito é o pioneirismo do Deputado Dácio Leonel, em chamar um seu colega, apenas porque apresentou uma Emenda Legislativa, de imoral, quando ele leu e releu e confessou ontem da tribuna, que não entendeu. Onde é que ele conseguiu o seu Diploma de Bacharel em Direito, eu pergunto, se leu, releu e não entendeu e votou favoravelmente, e agora quer dar uma de vestal, se justificar perante a opinião pública. O homem deve assumir a responsabilidade dos seus atos, certos ou errados.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei o aparte a Vossa Excelência. Mas jamais investir de uma forma deselegante, desleal e inusitada contra um colega seu, como fez ontem o Deputado Dácio Leonel.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Adalberto Daros — Meu caro Deputado Erondy Silvério.

No que diz respeito às declarações investidas nos jornais no que diz respeito à emenda de Vossa Excelência, eu disse desta tribuna e da tribuna da Assembléia, de que realmente a Assembléia do Estado do Paraná errou e errou consciente, mesmo porque Vossa Excelência propôs uma Emenda e eu gostaria de agora, Deputado Erondy Silvério, de voltar à Assembléia Legislativa, antes de 64 e talvez de 64 a 1.969, quando eu me lembro que o capeão de emendas, como Vossa Excelência fez, mas fez consciente e a Assembléia aprovou porque quis. Eu disse isso e errou porque quis.

Era um Deputado nessa Assembléia, que Vossa Excelência partilhou aqui, Deputado Anibal Curi e eu me lembro bem, como funcionário desta Casa que vinha aqui e trabalhava quando se propunha "Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a dar o nome..." de qualquer pessoa a um determinado Grupo escolar ou ginásio escolar, e logo em seguida, se propunha, através de uma emenda, que se criassem cargos para professores nesse projeto de Lei, nas se a Assembléia aprovou naquela época e aprovou agora, é porque dormiu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas um reparo eu quero fazer a Vossa Excelência, é que no projeto no qual eu apus a emenda era perfeitamente pertinente, não era denominação de rua e não era denominação de logradouro público.

O Sr. Adalberto Daros — Quero, Deputado Erondy Silvério, me congratular com Vossa Excelência pela sua esperteza, por que, o que nós tínhamos a apreciar nesta Casa era o que dizia: respeito à Procuradoria Geral do Estado e não ao Tribunal de Contas.

Mas, o que se fez, espertamente, é um termo usado sempre por Vossa Excelência. Vossa Excelência colocou uma emenda acrescente-se onde couber e essa Assembléia infelizmente, e eu não estava aqui, e Vossa Excelência poderia dizer: a obrigação de Vossa Excelência era estar aqui. Eu pouco faltado à Assembléia, muito difícil eu não estar aqui, a minha vida em termos de Poder Legislativo, é das nove e meia da manhã, dez horas até a noite aqui dentro. A prova está que eu almoço nesta Assembléia quase que diariamente. E, o que aconteceu? Essa Assembléia dormiu, a verdade é essa e eu poderia dizer, se eu estivesse aqui e fosse verificar o que dizia exatamente a sua emenda, talvez tivesse levantado a lebre aqui. Mas, eu assim não fiz porque aqui não estava, estava em primeira discussão, na segunda discussão Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência pecou no seu pronunciamento por uma coisa, evidentemente a sua emenda foi lida mas não foi publicada. Porque Vossa Excelência apresentou a sua emenda em segunda discussão e ela foi votada e aprovada no mesmo dia em que Vossa Excelência apresentou. Razão pela qual, é muito normal, pecaram nesta Casa duas posições:

1.º o Plenário, que é soberano que assim eu entendo, e segundo a Comissão Executiva.

Porque o Presidente da Casa, deveria ter feito o que qualquer Presidente, faria, analisar e ver o que era a emenda, que no meu entender é antiregimental por duas razões: primeiro, por aceitar a emenda e segundo, porque a emenda não dizia respeito ao que se votava. Nós falávamos da Procuradoria Geral do Estado e segundo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não quero interromper o aparte de Vossa Excelência mas, Vossa Excelência está laborando em erro.

Primeiro porque a emenda estava devidamente apoiada. Jamais poderia deixar de ser recebida pela Mesa. Segundo lugar, ela foi apresentada em segunda discussão, e ficou inclusa ao processo 24 horas para 3.ª discussão.

Muitos dos Srs. Deputados da oposição, compulsaram a emenda, leram e ninguém reclamou. Quer dizer, eu não tenho procuração para defender o Presidente da Casa, mas na sua ausência que não se faça essa injustiça. Jamais poderia

deixar de receber uma emenda devidamente apoiada.

O Sr. Adalberto Daros — Sr. Deputado, se Vossa Excelência permite que eu conclua.

Eu devo dizer que realmente no meu entender, todo e qualquer Deputado nesta Casa, tem condições de fazer o que Vossa Excelência fez.

Se coloca a apreciação do que é o maior, o Plenário, todavia, meu caro Deputado Erondy Silvério eu entendo que, a Mesa, a Mesa da Casa que é aquela que tem a prerrogativa maior, eu entendo assim também.

Porque ela pode amanhã ou depois, aceitar ou não alguma coisa que se leve a ela e, a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aceitou uma emenda sem saber na verdade o que era, ou estava sabendo até.

No meu entender, se beneficiaram alguns e eu coloquei aqui, desta tribuna, de que a reciprocidade, se colocou naquele Tribunal.

Porque eu entendo que uma pessoa que trabalhou, não importa da forma como ela trabalhou, ela contribuiu de uma forma ou de outra, para o benefício de todos, em função do seu trabalho.

E, depois, conta esse tempo, para o seu trabalho maior.

É o que nós devemos fazer no Estado e o que nós continuaremos a cobrar de Vossa Excelência e do Governador do Estado. Mesmo porque, o importante, eu entendo assim e sempre entendi, é de que o trabalho é a maior força do homem, razão pela qual Deputado Erondy Silvério, não concordando com a sua atitude, coloco nesta Sessão isso, da forma como Vossa Excelência colocou a emenda. Mas acredito, mas acredito e acredito mesmo de que poderíamos demonstrar a este Estado todo, através da boa vontade de Vossa Excelência e do Governador do Estado, de que o José dos Anzóis Pereira que trabalha em qualquer Secretaria hoje e que tenha trabalhado no comércio, durante muitos anos, possa somar isto.

Possa dar a sua família mais tranquilidade.

Possa demonstrar que ele é um homem que trabalhou, 15, 20 anos e que pode somar com o tempo de serviço dele agora

Se se colocou para o Tribunal de Contas, esta colocação feita na emenda de Vossa Excelência o membro do Tribunal de Contas, Consultor, Auditor, ou Procurador, vai provar que trabalhou 15 anos, ou que pescou nas barrancas do Paraná, 15 anos, vai contar isso.

Não acho justo. Acho que seria justo para todos.

Talvez seja Deputado, com a dormida desta Assembléia, uma coisa justa que se possa colocar para todos no Estado.

Somente isso.

SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e vou repetir mais uma vez, que o Governo do Estado, segundo informações que obtive não só junto ao atual Governador, como o ex-Governador Cannel Junior, o Governo do Estado não é infenso à aplicação, à implantação da Lei de reciprocidade a todo o funcionalismo público.

É necessário que se conjuguem os esforços de todas as bancadas estaduais e de todas as Unidades da Federação com o Congresso Nacional, para que o Governo Federal, através do Ministério da Previdência Social, concorde, aceite, em assumir a sua parte, no tempo em que o funcionário esteve a serviço da iniciativa privada e contribuindo para a Previdência Social. Sem o que será utopia se procurar estender a todo o funcionalismo, embora justíssima medida a Lei da Reciprocidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy Silvério eu acredito que, a matéria que está sendo discutida tem um enfoque bastante complexo.

No ano passado esta Assembléia elaborou uma Lei que foi sancionada em dezembro, pelo atual Governador do Es-

tado. E essa matéria não é outra senão a que proíbe, a que veda, que os integrantes do Tribunal de Contas, se aposentem sem que efetivamente cumpram um determinado tempo, que foi estabelecido num projeto de Lei do Deputado Antônio Facci, 5 anos.

Porque o Tribunal de Contas do Paraná já foi o protótipo da imoralidade.

Casos de pessoas que ali nomeados não ficaram um mês e foram aposentados, contando tempo de serviço que efetivamente não prestaram ao Estado. Pessoas com menos de 30 anos, de idade, chegaram a se aposentar, contando com mais de 35 anos de serviço.

É desnecessário citar os nomes, porque isso faz parte até da própria crônica política deste Estado.

Agora eu entendo o seguinte, de que o Tribunal de Contas não só deste Estado, como de maneira geral, de todos os Estados, têm sido um prêmio à pessoas que tenham se destacado na atividade política.

O que vale dizer é que, eles não podem ser encarados, os integrantes, os conselheiros, os auditores, procuradores, não podem ser encarados sob o mesmo ponto de vista dos membros dos Tribunais de Justiça.

O Cidadão para integrar o corpo da Magistratura tem que se submeter a um concurso. Tem que estar habilitado por um diploma Universitário, ou vale dizer, ser bacharel em Direito.

Ora, os nossos Tribunais de Contas abrigam pessoas das mais diversas e variadas camadas sociais. E elementos que muitas vezes não têm — porque nós sabemos que a política impõe às vezes, ou faz algumas imposições, pessoas que não têm realmente o preparo pessoal e até científico para serem magistrados.

O tratamento tem que ser diverso.

A emenda de Vossa Excelência se ateve num princípio de isonomia, de igualdade de tratamento, aos Desembargadores que podem efetivamente contarem um determinado tempo de serviço, muito embora não tenham prestado esse serviço ao Estado.

Então eu acho que na realidade, o que se deve estabelecer é de que as duas coisas são totalmente diferentes.

No Tribunal de Justiça o cidadão se prepara para uma atividade, e é até estimulante que ele tenha um prêmio ao se aposentar. Mas, o Tribunal de Contas é eventual, é circunstancial.

Acho que ninguém trabalha e não pode mesmo trabalhar para ir ao Tribunal de Contas. Ele é, talvez, uma consequência involuntária até das pessoas, ou como um prêmio.

Então, acho que contar esse tempo, nobre Deputado Erondy Silvério, não é uma boa política, não é um bom princípio administrativo e de bom costume político, porque há um exagerado favorecimento a essas pessoas.

Concordo com o Deputado Daros, de que a Casa realmente não estava alertada que se discutia esta matéria do Tribunal de Contas.

Evidentemente esta matéria foi aprovada porque não se discutia aqui, não chegou a tomar emulação esta matéria que veio favorecer o Tribunal de Contas especificamente.

Então, eu acho — e me perdoe Vossa Excelência — sou um dos Deputados assíduos desta Casa, que me preocupo, inclusive, com a Ordem do Dia, e não fui alertado para este fato, porque se fosse, eu que, inclusive, tentei fazer passar uma emenda quando se discutiu o projeto do Deputado Facci, que foi transformado em lei, que exige, no mínimo, 5 anos de efetivo exercício no Tribunal de Contas, para que, só após isso se possa pedir a aposentadoria, naquela época tentei, sondei a Casa, para apresentar uma emenda que poderia, quando o aposentado contar algum prazo, algum tempo a mais do efetivamente exercido, e senti nos bastidores da Casa de que

não havia condições desta emenda passar. E não era para contar 15 anos, e, sim, 5 anos. Acho que efetivamente a Casa foi colhida de surpresa.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência, e era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. (Ausente).

Consulto a Liderança do PP. — Com a palavra o Sr. Deputado ...

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já dizia há algum tempo que uma profunda desilusão se havia abatido sobre mim com referência a muitos acontecimentos políticos nesta curta experiência que tenho tido na vida parlamentar.

Mas, minha desilusão talvez nunca pudesse admitir que eu devesse, hoje, ouvir nesta Casa, como ouvi, as expressões altamente ofensivas de um político traquejado, de um político com longa bagagem, de um político que foi meu Líder na Bancada da Arena, de um político que enfim, conhece tão bem os caminhos da democracia, da justiça e do comportamento dos homens.

Fiz comigo um pacto, há muito tempo, desde que aqui cheguei, de nunca fazer, desta Tribuna, um caminho para ataques pessoais.

E tenho, durante o transcurso de meu mandato, procurado sempre agir assim, para não permitir que hoje, amanhã, ou depois, se possa dizer que fugi, objetivamente, às atribuições do meu mandato parlamentar que é de representar o povo, e que insinuei-me por outros caminhos, tentando partir para as agressões verbais, para ofensas a Colegas deste Legislativo.

Quando o Sr. Deputado Erondy Silvério fez acusações a minha pessoa, porque tudo o que se procura dizer como se não quisesse dizer, quando qualquer alusão por ouvir dizer, mas dando um destino, é a forma de se fazer também uma acusação.

É a forma também de se ofender, talvez não com a coragem necessária para caminhar e para partir para essas ofensas.

Fui reler o meu pronunciamento de ontem. E comecei a pensar e a perguntar a mim mesmo, que crime teria eu cometido, quando vim à tribuna apenas, e tão somente, por despertar para um fato que não vi — e confessei que não vi — entendi que deveria agir como Parlamentar.

E vim, então, pedir a esta Casa e ao Sr. Governador, que encaminhasse à Mesa um projeto de lei, pelo qual pedia a revogação de um artigo, por entendê-lo altamente injusto. Mas, cujo entendimento passei a ter após o clamor do povo, após ter tomado conhecimento de notícia divulgada no jornal "O Estado de São Paulo", quando entendi que era preciso que tomasse uma posição. Mas que esperava, talvez, o nobre Líder que viesse à tribuna, que viesse repetir as expressões ofensivas e que esperava que eu o apartesasse com expressões curiosas, engraçadas, até, como foram usadas para fazer um comparativo, não porque eu me conheça, não porque minha esposa me conheça, não porque meus filhos e os meus amigos também me conhecem. Não preciso xingar ninguém e não havei de fazer qualquer xingamento a um homem a quem sempre respeitava em suas decisões e sua liderança.

A verdade, Srs. Deputados, é que no aparte que recebi do Sr. Deputado Erondy Silvério, em momento algum disse, que Sua Excelência era imoral.

Em momento algum do aparte.

Apenas e tão somente, ao fazer observação do porquê do meu posicionamento, talvez aí, quem sabe, tenha incorrido em alguma expressão que pudesse ter sido mal entendida, quando disse o que quero dizer para Vossa Excelência é que, a partir do momento em que qualquer clamor fez com que meus olhos se abrissem, não poderia mais me calar e vi, no momento, que alguma coisa imoral estava acontecendo, estava sendo praticada.

Mas não disse no sentido de que Sua Excelência era imoral, foi no sentido da observação dos fatos, talvez injusta, talvez dando demais a quem muito tem, mas não esperava, Srs. Deputados, não esperava de forma alguma que pudesse receber de Sua Excelência as ofensas terríveis que recebi, mas que aqui deixo.

Não levá-las-ei para casa porque sempre defendi, desde os tempos em que atuava no Tribunal do Juri, com o diploma que Sua Excelência me perguntava a onde teria conquistado, com o Diploma que eu obtive das mãos do eminente e saudoso Desembargador Cartaxo, na Universidade Federal do Paraná, nos idos de 1.959 e durante os 15 anos em que exercitei a profissão de advogado, sempre no Tribunal do Juri usei uma expressão latina:

"NULLUS INOCENT SI ACUSARE SUFFICIT"

"Ninguém seria inocente se bastasse acusar".

E é por esta razão que eu tenho caminhado dentro desta trilha de pensamento, sem nunca dela desviar-me.

Tomei conhecimento, senhor Líder da Bancada do Governo, das notícias inseridas na imprensa através de um pronunciamento feito em Brasília pelo eminente Deputado José Tavares e quando ontem me perguntavam os jornalistas e homens do rádio a respeito do assunto a minha resposta sempre foi a mesma.

A única coisa que eu disse, é que jurava pela felicidade dos meus filhos, nunca na minha vida ter recebido um tostão sequer de bicheiro e dizia mais, que além de ter feito uma campanha altamente pobre, sem sequer ter mantido um carro de propaganda, eu não acreditava que o eminente Deputado Tavares tivesse feito aquela declaração em Brasília e que apesar disso, eu o considerava um amigo, um companheiro com quem tinha bom relacionamento e estava apenas aguardando o seu regresso.

Somente ouvindo dele é que eu saberia se fora ou não atacado.

Srs. Deputados, talvez alguém pensasse que a minha presença na tribuna fosse para devolver ao Deputado Erondy Silvério, as pedras que ele me lançou. E eu apenas não entendi, perguntei-me, tentei descobrir e não descobri, porque motivo teria um simples pedido de revogação de um artigo da Lei 7.317 que tira benefícios que seriam atribuídos a Conselheiros, a Auditores, a Procuradores do Tribunal de Contas, porque, porque teria o Líder do Partido do Governo se irritado a tal ponto?

Quero então que os Senhores compreendam a minha presença na tribuna apenas e tão somente para dizer o seguinte: as ofensas gratuitas que recebi, eu já as sepuitei, já as sepuitei, porque acho que não nos leva a nada, porque acho que de nada adiantaria se eu fosse remexer ou tentar descobrir alguma coisa que pudesse jogar contra a pessoa do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Eu jamais faria isso como não faria a qualquer dos Srs. Deputados.

Fica a minha posição clara. Sei o que sou, os meus amigos em mim acreditam.

Qualquer denúncia que se pretenda fazer contra mim, que se faça com provas, mas uma coisa eu garanto, não calarei, não calarei, Paraná, na defesa legítima da minha presença nesta tribuna, pela revogação do atrevido Artigo 3.º.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no horário reservado ao PMDB, ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Temos em mãos a publicação destinada à Imprensa pelo "Clube do Zequinha".

Na verdade, é um assunto muito complexo, pois não sabemos sequer o que é o Clube do Zequinha. Se é uma instituição estadual; se é do próprio Governo do Paraná ou apenas da Secretaria de Estado das Finanças.

O que sabemos é o que o Paraná inteiro sabe: foi montado um sistema de controle indireto para o imposto de Circulação de Mercadorias. Já havia o controle direto, com um batalhão de fiscais que dia e noite, às vezes até altas horas da noite e por conta e risco dos próprios agentes fiscais, agem para saber o que está registrado em vendas.

O que sabemos, também, é que as "Balas Zequinha" passaram de um exercício de criatividade com fins comerciais, há muitas décadas, a uma parte da tradição artística de nosso Estado, na área de Curitiba especialmente. Desenhos carregados de humor e criatividade, dizendo de situações culturais perfeitamente identificadas com a vivência de crianças e cidadãos de 30, 40 anos atrás.

Pesquisadores da cultura redescobriram para nosso tempo o "Zequinha". E outros simplesmente se lançaram a utilizar esse passado, seu sucesso cultural, numa promoção econômica, a serviço da administração do Estado.

Não somos o corifeu que anuncia os bens intocáveis da coletividade, na área do desenho, do humor e da cultura. Mas, não gostamos quando pessoas afoitas resolvem se apropriar desses patrimônios culturais para usos empresariais, comerciais e lançam mão do que está por aí sem uma análise mais profunda.

Não estranharíamos que, com a mesma afoiteza, se juntasse um quadro de Andersen, de Bakun; uma escultura de Turim; uma música de Bento Mossurunga; o nome de Rocha Pombo à perspectiva publicitária das promoções do Estado. Não se trata de sagrar as obras e nomes, tornando-as intocáveis, mas de não se satisfazer com a ação ligeira e irresponsável de qualquer publicitário.

Este é o primeiro reparo que nos ocorre sobre o "Clube do Zequinha". E não são reparos nossos. Recordo que à época do lançamento, muitas vozes se levantaram contra essa irreverência e irresponsabilidade com a parte do acervo cultural que temos. Isso para não citar a falcácia artística, a deformação do personagem histórico pela mão da repetência.

Assim, não vejo de que comemoração se ufanam os promotores do "Clube do Zequinha".

Porém, poderiam alegar que essa falsificação cultural, essa irresponsabilidade de balcão de anúncios, se justifica pelos objetivos e pelos métodos adotados na campanha do Clube do Zequinha.

Novamente o engano, o despreparo e a cupidez que entortam a boca na avidez com que se lançam ao pote das promoções.

Tivemos já há alguns anos o concurso "Seu talão Vale um Milhão" que despertou atenções e cumpriu um papel de contribuir para a fiscalização através da glosa de talões de concurso. Se esse tipo de promoção era característico da época e esgotou sua possibilidade, os homens criativos teriam que encontrar outros meios para refiscalizar as empresas.

Não servir-se das crianças. Despudoradamente, servir-se das crianças, atraindo-as para chances impossíveis. O Clube do Zequinha nasceu sob o estigma de enganar as crianças, ludibriar seus desejos de conseguir brinquedos e presentes. Le-

vou muitas crianças a "escoliar" na porta de lojas e supermercados o comprovante de compra, a nota fiscal. Até que a grande maioria da população pobre, afrontada, compreendesse que suas chances eram diminutas; eram nenhuma, pois seu poder de compra estava abaixo do que era exigido para trocar por cupões.

E então tivemos um sistema que começou deformando uma tradição artística, vulgarizando-a no pior sentido, apropriando-se do seu valor artístico-cultural para substituí-la por um arremedo de má-qualidade. Em seguida, foi planejada uma campanha para enganar e afrontar crianças e adultos, especialmente as crianças de baixa condição financeira que são a grande maioria da população do Paraná e do Brasil.

No próprio planejamento e implementação da campanha do ICM das crianças, o despreparo técnico para atender aos interessados. Longas filas, dramáticas filas da parte da pobreza que conseguiu reunir a muito custo notas fiscais; juntamente com milhares de outras pessoas à porta dos quichês. Perdendo tempo, dinheiro e trabalho no afã de procurar a sorte nos sorteios.

Mas, estavam duplamente enganados: na esperança de que nas estatísticas coubessem tantas esperanças, tanta aspiração de felicidade material; e na trucagem da figurinhas, que só alguns poderiam conhecer. Soubemos da "figurinha 10" e sua ausência nos envelopes conseguidos a caro custo.

Desejo hoje que se entere da memória do Estado esse tipo de concurso; que se chegue ao final, sem uma prestação de contas mais cuidadosa e mesmo vexames. Enquanto ainda seus promotores vivem seus "dias de glória", explicando que o resto do Brasil, e quem sabe o mundo inteiro, esteja interessado em tal promoção.

O "ICM das crianças" já fez sua divulgação, já enganou sua população, já pagou sua criação e sua inserção, já fez sua média política nos meios de divulgação. Já criou uma burocracia bem paga.

Na realidade, são tantos os problemas econômicos, sociais e políticos que enfrentamos, numa dura realidade brasileira, que não podemos nos desdobrar em fiscalizar ações desse tipo. Mas chega o momento que apenas desejamos que se feche o pano rapidamente, que se retire o time de campo. Não se insistir nesse tipo de atividade deletória, confusa e, pior, com manias de auto-exaltação.

É hora de o Estado assumir com mais responsabilidade e rigor social suas tarefas, inclusive de divulgação e promoção. Daqui a pouco, o Estado é capaz de transformar os bonecos de Walt Disney ou de Hanna Barbera em promoção cultural; e se chegarmos a esse ponto de deboche estaremos vivendo o caos cultural antecedendo o caos econômico e político."

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço Deputado Fiori Luiz, e devo dizer a Vossa Excelência que além de não concordar com a colocação que Vossa Excelência faz na tribuna, tenho razões para fundamentar a minha discordância.

Em primeiro lugar, a campanha do Clube do Zequinha, não teve nitidamente a mais remota intenção de gerar o deboche.

Uma campanha altamente séria. Vossa Excelência deve saber como os Srs. Parlamentares desta Casa também, que a principal receita tributária própria do Estado, é o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, e Vossa Excelência deve saber também, que este é um tributo sonegado, até com uma lamentável frequência por pessoas que compõem o universo de comerciantes, industriais e produtores. Pessoas que evidentemente, talvez queiram ignorar deliberadamente a destinação do ICM. E, quando há esta sonegação, Deputado Fiori Luiz, o lesado é Vossa Excelência que quando compra na loja, paga o ICM, que quando come num restaurante paga o ICM.

O estabelecimento comercial, industrial ou produtor

primário, simplesmente repassa o ICM. Então, o grande dilema do Estado qual foi? Encontrar uma maneira viável, sem uma repressão tributária, forte, para que este ICM seja recolhido naturalmente aos cofres públicos afim, de que as estradas sejam feitas, as escolas sejam contruídas e os benefícios públicos sejam todos eles levados à grande comunidade.

Ora, o Clube do Zequinha simplesmente teve, um duplo objetivo: o primeiro, estimular a nota fiscal, estimulando a nota fiscal, aumentar a receita do Estado sem que nenhum aparato repressivo seja colocado em lojas, nas estradas, nas vias urbanas das grandes cidades, para que a fiscalização seja aumentada. E de que forma? É uma estratégia de marketing, inclusive, através da criança, que sensibilizada pela campanha como que levaria naturalmente o seu pai, a sua mãe a readquirir o hábito de pedir a nota fiscal. Afim de que o ICM pago no ato da operação comercial, fosse e seja realmente repassado ao Estado.

Então veja Vossa Excelência que é nobre a campanha.

Vossa Excelência menciona também que a criação artística estaria sendo aviltada. Este aspecto da matéria foi inclusive objeto de pronunciamento judicial, do Poder Judiciário, foi às ruas e alcançou um excelente resultado.

E mais ainda, Deputado Fiori Luiz.

O Exemplo do Paraná, ele é tão bom, obteve um resultado tão bom, que os Estados de São Paulo e Santa Catarina, tão logo foi encerrada aqui, adotaram imediatamente um plano semelhante. E com tantos resultados, que o próprio Sistema de Comunicação Social do Paraná foi contratado para divulgar a campanha do Estado de Santa Catarina, não só porque aqui residem milhares de catarinenses, mas como também porque os meios de comunicação do Paraná, principalmente a Televisão e o rádio também alcançam uma faixa do território catarinense.

E por fim, eu me permito relembrar que o Governo do Paraná, através desta campanha fez voltar o hábito saudável da coleção da figurinha "zequinha", figura que trouxe inclusive nas suas legendas, mensagens instrutivas. E eu prefiro Deputado Fiori Luiz, que a criança passe o seu tempo colecionando "zéquinha", do que às portas dos bares ou nos descaminhos da droga, ocupando o ócio do seu tempo, para viver, ou eu diria quem sabe com maior propriedade, para não viver e simplesmente consumir o tempo.

Por essas razões todas é que eu me coloco frontalmente contra o pronunciamento de Vossa Excelência dizendo que esta é uma campanha que rendeu o que o Paraná esperava e não para o Governo, para o seu povo.

Muito obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu devo discordar do entendimento do Deputado Airtton Cordeiro. Porque entendo que na realidade o que o Governo do Estado do Paraná fez, foi usar de um expediente típico de sub-cultura.

As "Balas Zequinha", antes de promover a cultura é de uma nitidez clara, da sub-cultura, que lamentavelmente se oficializou no Paraná.

Veja Vossa Excelência que nos países desenvolvidos, o jogo, toda exploração dos sentimentos de cupidez, de avidez de ganância da pessoa humana, são explorados por particulares, jamais pelo Estado, entidade criada para fazer com que a pessoa humana cresça, para que ela avance no estágio cultural.

O Estado do Paraná, evidentemente, explorando esses sentimentos, porque criança nenhuma, na idade de colecionar figurinhas Zequinha, está colecionando figura Zequinha se não é pela avidez, pela ganância e pela cupidez de ganhar a bola ou a bicicleta.

O que na realidade se pretende, e atrás disso tem é,

verdadeiramente, uma estratégia ideológica para se implantar e se oficializar aqui o jogo, isto sim é que o modelo se espalha e se irradia de Estado para Estado, porque a estratégia não é estadual, mas sim, faz parte de um plano, roubar.

Há que se criar condições populares e psicológicas para que o jogo seja implantado, e a campanha do Zequinha é o início dessa estratégia geral.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas o Rolo Compressor que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/80, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "Caritas Paroquial de Clevelândia", com sede e foro na Cidade de Clevelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "Caminho, Verdade e Vida", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Assistência da Igreja Pentecostal Filadélfia", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/80, que reconhece como Órgão Oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE — Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. — **Aprovado.**

(Publicado no D.A. n.º 49.)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33/80, que altera para quinze (15) o número de Vereadores, a partir de 1.º de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de Umuarama, Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 33/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o -- A Câmara Municipal de Umuarama, passa a contar a partir da próxima Legislatura com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.^o -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Rosário Pitelli, Relator.

1.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.^o 29/80, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que denomina Arnaldo Faivro Busato, a Escola de 1.^o Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. -- **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.^o 29/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o -- Fica denominado Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a Escola de 1.^o Grau, localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Art. 2.^o -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980

a) João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente projeto de lei, denominar Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a atual Escola de 1.^o Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Nascido no vizinho Estado de São Paulo, mas paranaense de coração, o Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, sempre demonstrou grande interesse por todos os problemas paranaenses, e entre os quais o setor educacional de nosso Estado, quando em várias oportunidades no exercício de seu mandato propiciou a população paranaense maiores e melhores condições de instrução.

O Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, sempre exerceu com destaque e dignidade suas atividades profissionais, e o conceito elevado que fez por merecer junto ao povo, culminou por elegê-lo Deputado Estadual e posteriormente Deputado Federal. Ocupou por várias vezes, Secretarias de Estado, dignificando todos os cargos que assumiu, e incontestavelmente podemos dizer que realmente ARNALDO BUSATO era um grande líder.

Sendo portanto justa a homenagem que pretendemos prestar denominando Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a Escola de 1.^o Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, a esse homem público que foi um grande servidor do Paraná, encarecemos aos nossos ilustres Pares, o apoio do projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 29/80

P A R E C E R

Com a presente medida, intenciona seu autor a atribuição de significativa homenagem a um dos mais ilustres homens do Paraná, prematuramente desaparecido, Arnaldo Faivro Busato, inscrevendo, perenemente, seu nome na Escola de 1.^o Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Embora não seja competência desta Comissão, o exame de mérito nas matérias a ela distribuídas não existindo impedimentos de ordem legal que se lhe anteponha, não podemos deixar de considerar altamente meritória a honraria propos-

ta, por reconhecermos no ilustre homenageado todas as condições para figurar, desta forma, na História Paranaense.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Renato Bueno, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.^o 29/80

P A R E C E R

Considerando que não existe denominação com nome próprio para a Escola de 1.^o Grau, localizada no Distrito de Pinhais, no Município de Piraquara.

Considerando que a presente medida visa homenagear um dos mais ilustres homens públicos que o Paraná teve a honra de contar, estamos plenamente de acordo com a proposição, entendendo justa a homenagem, pois ARNALDO BUSATO sempre exerceu com dignidade os seus cargos, merecendo figurar na História do Paraná.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.980

aa) Del Ciel, Presidente;
Mário Celso, Relator.

1.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.^o 60/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que cria no Município de Nova Aurora, o Distrito Administrativo de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.^o 60/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o -- Fica criado no Município de Nova Aurora, o Distrito Administrativo de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

"Ao norte e nordeste, limita-se com o Rio Piquiri, iniciando na foz do Ribeirão Jong Kong junto ao lote n.^o 01 do bairro Figueira 1.^a parte, e subindo pelo Rio Piquiri até alcançar a estrada São Paulo junto ao lote n.^o 280 do bairro Figueira 2.^a parte, ao sul, limita-se com a estrada São Paulo, subindo por esta até alcançar o Ribeirão Jong Kong junto ao lote n.^o 53 do bairro Figueira 2.^a parte, ao oeste limita-se com o Ribeirão Jong Kong, iniciando na altura da estrada São Paulo e descendo por este até alcançar o Rio Piquiri, ponto de partida."

Art. 2.^o -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.980

aa) Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 60/80

P A R E C E R

Oriunda de Ofício n.^o 122/80 de 09 de maio de 1.980, da Prefeitura Municipal de Nova Aurora, a presente proposição tem por finalidade o encaminhamento à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça, de documentação prevista na Lei Complementar n.^o 2 de 18 de fevereiro de 1.973 -- LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, propondo a criação do Distrito Administrativo de Marajó.

II -- Analisando-se a documentação remetida, temos que de acordo com a citada Lei Complementar n.^o 2, estão preenchidos todos os requisitos essenciais previstos para que a localidade de Marajó, no Município de Nova Aurora, seja elevada à categoria de Distrito Administrativo.

III -- Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de que a presente proposição seja transformada em projeto

de lei, que anexo apresentamos, a fim de que a pretensão da municipalidade de Nova Aurora seja alcançada conforme a legislação estadual em vigor e a localidade de Marajó seja, através de Projeto de Lei aprovado por esta Casa, elevada a categoria de Distrito Administrativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1.980

a) Augusto Carneiro, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, renunciando a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DETRAN. — **Deferido. Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Fedalto, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Alceu Berger. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ida Conceição Reinaldet. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nadir Domingos Somenzi, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Diva Sanson Martins. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Diva Sanson Martins, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de Memorial aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, solicitando providências face ao gravíssimo problema do calamitoso aumento da violência e da criminalidade em União da Vitória. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o empenho junto a SANEPAR, COPEL e TELEPAR, no sentido de que seja concedida a isenção de taxas dessas empresas com o Hospital de Clínicas, até que seja normalizada a crise financeira porque vem passando. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o marco inicial da rodovia denominada "Deputado João Chede" seja na cidade de Palmeira, para todos os efeitos legais. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a possibilidade da instalação da futura comarca que integra os Municípios de Quitandinha, Agudos do Sul e Mandirituba, venha a ter sua sede em Quitandinha. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura, Planejamento e Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo o adiamento da vigência da Portaria DIRAB 119/80 de 13.3.80. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 35/80. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alceu Berger. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Hermes Macedo S.A. pela inauguração de duas lojas na cidade de Paranavaí. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria do Interior, encarecendo informações sobre as obras do Lago Igapó de Londrina. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, parte da Coluna do Servidor, sob o título "Verba de Representação", publicada na "Gazeta do Povo". — **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata) Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IAPAS, no sentido de ser descentralizada a expedição de certificado de quitação, voltando a ser fornecido pelas representações do FUNRURAL. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Juventude Cristã Democrática, movimento jovem integrado ao P.D.S. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferred.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

10 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FIDELCINO TOLentino, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 1.980.

"VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Em dois recentes pronunciamentos de grande repercussão, o Supremo Tribunal Federal firmou a correta interpretação e fixou os efeitos da concessão de "verbas de representação" mensal e permanente, em julgamento aplicável a todos quantos estejam na mesma situação que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional estabelece para os Juizes. Trata-se dos recursos extraordinários 89.927, de São Paulo (Diário da Justiça da União, 9 de novembro de 1.979, pág. 8.402) e 91.356, do Rio Grande do Sul (Diário da Justiça da União), 18 de abril de 1.980, pág. 2.566). Nessas decisões ficou proclamado que a verba de representação se incorpora aos vencimentos (tanto assim que sobre a soma de ambos é que

serão calculados os adicionais por tempo de serviço, o que não seria possível se a verba de representação não constituísse "vencimento") Incorporando-se aos vencimentos, a concessão de verba de representação é aumento de vencimento e se estende aos servidores em inatividade de acordo com o art. 75 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A ementa dos dois acórdãos é idêntica e está assim redigida: "Magistrados. Adicionais por tempo de serviço. Incidem estes sobre a gratificação de representação, mensal e permanente, incluída nos vencimentos de representação, mensal e permanentes, incluída nos vencimentos dos magistrados, por sua própria natureza. Interpretação do Decreto-lei 1.445/76, face à Lei 4.345/64 e ao art. 113, III, da EC 1/69". Ao contrário, portanto, de outras gratificações, cuja concessão não beneficiaria aos inativos, a verba de representação se incorpora aos vencimentos e favorece a quem já esteja aposentado e não faria jus a outra qualquer gratificação, mas tem direito a reajuste de proventos em virtude da concessão de verba de representação aos servidores em atividades.